

*Modernizar a agricultura,
salvar o Nordeste:
considerações acerca
da polifonia discursiva
sobre a agricultura
no início do Século XX¹*

Silvano Fidelis de Lira²
João Batista Gonçalves Bueno³

RESUMO:

Pretende-se com esse texto analisar a polifonia discursiva que se estabeleceu em torno da agricultura, especificamente na cultura do agave, que surge a partir do início do século XX no Nordeste brasileiro. Analisa-se assim, os discursos do governo e dos agrônomos que passaram a apresentar o agave como uma proporta de modernização e ampliação e salvação do setor agrícola.

Palavras-chave: Agricultura; Agave; Nordeste.

RESUME:

Le but de ce texte pour analyser la polyphonie discursive qui a créé autour de la agricultura, en particulier dans la culture de l'agave qui découle du début du XXe siècle dans le Nordeste brésilien. Analyse sorte, les discours et les agronomes gouvernementaux qui ont commencé à présenter l'agave comme une modernisation Proporta et l'expansion du secteur agricole et le salut.

Mots-clés: Agriculture; Agave; Nordeste.

¹ Artigo recebido em 18 de julho de 2014 e aprovado em 10 de setembro de 2014.

² Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição.

³ Doutor em Educação pela FE- UNICAMP. Professor adjunto Universidade Estadual da Paraíba.

A agricultura praticada pelo pequeno agricultor⁴ do interior da Região Norte do Brasil, até o início do século XX, se limitava ao trabalho no roçadinho, perto de casa e dava as famílias apenas o sustento necessário. Uma agricultura que, mesmo muitas vezes se mostrando frágil, era fonte de vida, fazia com que as famílias pudessem se reunir em torno do trabalho. Mas tudo isso estava em dias de acabar. O tempo e as modernidades começariam a mudar aquele cenário.

Essa agricultura, passaria a partir de um conjunto de discursos e práticas a ser considerada obsoleta, ultrapassada e pouco rentável aos interesses econômicos, sobretudo, aos interesses de uma classe agrícola dominante, composta por grandes fazendeiros, muitas vezes ligados ao meio político. E é em nome da modernidade que as práticas culturais desses trabalhadores deveriam ser substituídas por métodos eficazes de produção. Uma dessas tentativas de modernização agrícola seria a inserção do agave⁵ no meio rural, modificando a dinâmica social e cultural das famílias paraibanas. Envoltas por mitos e lendas, essa planta de origem mítica, será a causadora de tantas transformações, no campo, na cidade e mais ainda, na vida dos agricultores, transformando suas subjetividades, suas existências e suas memórias.

Esse discurso modernizante surge em momentos distintos, e sob novas roupagens. Se nos anos 1930 anunciava a necessidade de implantação de novas culturas agrícolas, como alternativa de salvação econômica, durante os anos de 1950 até finais de 1970, ele se projetará sob o signo das políticas desenvolvimentistas⁶. A Paraíba será, nesse momento, palco da emergência de uma nova maneira de ver, conceber e praticar a agricultura. Os objetivos dessas políticas, e de modo especial a SUDENE seria de

⁴Consideramos como pequeno agricultor aqueles trabalhadores que cultivam suas pequenas propriedades de terra, não tendo com suas colheitas grandes vantagens comerciais, mas tão somente o sustento de sua família.

⁵O agave, também conhecido como sisal, (Nome científico: *Agave sisalana* Pierre), pertence a família das *amarelidaceas*, que abrange mais de 300 espécies, é uma planta originária da Península de Yucatan, no México. Foi trazida para o Brasil no final do século XIX e princípio do século XX, aqui passou a ser conhecido como agave, por esse motivo, adotaremos para a redação do texto essa nomenclatura, tendo em vista que é a mais comum na área pesquisada, mesmo já introduzida no Brasil. É somente no fim da década de 1930 que o agave passou a ser visto como alternativa econômica viável, inicialmente, devido às condições climáticas propícias foi introduzida nos estados da Paraíba, Bahia e Rio Grande do Norte.

⁶A criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), criada através da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, se configurou como uma das principais maneiras de intervenção do Governo Federal no Nordeste. Seu principal objetivo era o de proporcionar e articular o desenvolvimento da região, desenvolvimento este que se daria, sobretudo, no campo da economia, através do incentivo à exportação de bens agrícolas e de criação de um parque industrial, que viesse a inserir dentro de um contexto produtivo. A criação da SUDENE é também uma estratégia política, sua instituição envolveu, antes de tudo, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais.

fomentar o desenvolvimento regional, instituindo discursos que se articulavam em torno de propostas modernizadoras, e deveriam se operacionalizar tanto no campo, com a modernização agrícola, como na cidade, através da criação e ampliação de indústrias.

Essas propostas ganharam corpo na década de cinquenta, porém não devem ser vistas como as primeiras ou as únicas tentativas de se criar uma agricultura sob o signo do moderno. Tal processo tem suas raízes na segunda metade dos anos trinta, momento em que a Paraíba passou a ser inserida dentro de uma teia discursiva, que tentará instaurar o moderno, em prol do desenvolvimento econômico, desprestigiando a pequena agricultura praticada pelo homem do campo, e montando um discurso em prol de uma economia com base agroexportadora.

Essa proposta de mudanças profundas no setor agrícola é elaborada de forma efetiva, durante a Interventoria de Argemiro de Figueiredo (1935-1940), que buscou através de variadas medidas, promover uma *revolução* na agricultura paraibana. Um discurso sustentado tanto na ideologia política como nas ideias defendidas pelos agrônomos.

Percebemos que a tentativa desse discurso que visava instaurar o moderno, é também, o desejo de destruição do tradicional e de *substituição dos processos rudimentares de cultura pelas normas racionais que a ciência sugere*.⁷ Assim, modernizar a agricultura implicaria em classificar os rudimentares meios de produção, como obsoletos e ineficazes, tornando-os, através de múltiplos discursos, símbolos do atraso que deveria ser combatido e, por fim, vencido em nome do progresso e do desenvolvimento econômico e social. Na enunciação desses discursos se congregaram homens ligados ao governo do Estado. Representantes do setor agrícola, e agrônomos, responsáveis por tornar essa modernização uma verdade, instituída por um grupo e vinculada como digna de adesão dos grupos agrícolas.

Na tentativa de modernização, foram implantadas novas técnicas, novos saberes e fazeres, no manejo da terra e dos produtos agrícolas. Esses saberes preconizaram uma *nova mentalidade agrícola* entre os grandes fazendeiros da Paraíba, pelo menos é isso que foi difundido pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba (DEPEP), órgão oficial de difusão das obras do governo do Estado, que em 1938 lançou o álbum de Realizações do Governo de Argemiro de Figueirêdo, exaltando as ações que

⁷Discurso de posse de Argemiro de Figueirêdo, em 1935 quando foi escolhido, pela Assembleia Legislativa, para Governador do Estado, sobre a biografia e algumas características iniciais de sua atuação, frente ao poder executivo estadual Cf. ARAÚJO, Naughton Rocha França de. *Argemiro de Figueiredo*. João Pessoa A União, 2000 (Coleção Paraíba: nomes do século. Série Histórica nº 13).

transformaram o setor agrícola paraibano. O objetivo do álbum não se limitava a mostrar os avanços da agricultura, mas exaltavam também, as ações do governo no campo da infraestrutura e ações sociais. O material sobre as realizações do governo de Argemiro de Figueiredo, constitui-se em um material de propaganda, criando a imagem de um governador dinâmico e atuante nos diversos setores da administração, criando, dessa forma, uma figura de Argemiro como o grande político e salvador da Paraíba.⁸

Entendemos que o documento de Argemiro se constitui como um meio de propaganda, pois vincula uma imagem criada, ou melhor, manipulada, em favor de um determinado interesse político, um material em que os textos e as imagens do álbum também contém um imenso número de fotografias das obras do governo de Argemiro ó se punham em um diálogo em prol do convencimento de que aquela política desenvolvimentista, empreendida pelo governo se constituía como o caminho por onde a Paraíba deveria trilhar pra alcançar uma transformação econômica e estrutural. É ainda um material onde a nova política agrícola, empreendida por Argemiro de Figueirêdo, é a grande novidade, apresentada de forma triunfante, ignorando tudo aquilo que havia destruído, ou seja, a pequena agricultura familiar.

Assim, o material veicula e institui como verdade, a *õ grande revoluçãoõ* realizada na agricultura. Apresenta as obras públicas e obras sociais implantadas durante o mandato de Argemiro Figueirêdo, todas elas como inovações sem precedentes.

Constrói-se, então, a imagem de um grande administrador, um grande empreendedor, um futurista. Essa instituição da política desse governador da Paraíba, como inovadora e modernizante, é levada a condição de verdade, a partir de um lugar de produção de discursos. Enquanto órgão ligado ao governo e ao próprio Argemiro de Figueirêdo, o DEPEP, tem a missão de propagar e tornar verdade a revolução e a criação de uma *õ mentalidade novaõ*, para a agricultura. Essa *õ mentalidade novaõ* não é apenas um termo isolado ou alheio à instituição que o institui e propaga, mas uma teia de produção e circulação de saberes e sentidos, que impõem e dão a esses discursos um lugar de verdade, não necessita ser questionada ou problematizada, precisa tão somente, ser praticada, vivenciada no campo da agricultura paraibana. O discurso de modernização agrícola passa ser utilizado como uma verdade instituída, regulada por um lugar de produção de saberes, ligado à esfera política.

⁸Sobre a construção de Argemiro Figueirêdo como o grande administrador da Paraíba, é indispensável a análise proposta por Martha Maria Falcão de Carvalho, em seu livro *õ Poder e Intervenção estatal: Paraíba ó 1930 ó 1940õ*, sobretudo os capítulos 4 e 5, nos quais a autora se dedica a estudar a administração desse governador.

Sobre a circulação e a produção dos discursos Michel Foucault (2012), nos interpela e nos indica que eles são controlados, selecionados, organizados e distribuídos conforme os interesses da instituição que os modelam. Essas instituições ao produzirem os discursos, os manipulam e os produzem conforme desejos de poder, implica em dizer que os discursos pressupõem desejos, disputas; o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo qual se luta o poder do qual nos queremos nos apoderar (FOUCAULT, 2013, p. 10). A verdade, segundo Foucault é:

Um conjunto de procedimentos reguladores para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efetivos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 2013, p. 54).

O álbum das realizações de Argemiro nos mostra como foram valorizadas e disseminadas as ações relativas ao desenvolvimento agricultura paraibano, existem em suas páginas, notícias de obras do Sertão⁹ ao Brejo¹⁰. Através da descrição feita pelo material, o interior da Paraíba passa a ser um dos principais campos de atuação daquele governo, seja na distribuição de sementes, ou na inserção de novas culturas. As páginas do álbum material, seguem destacando os avanços da agricultura, sobretudo, no que diz respeito a implantação de novas técnicas, máquinas e plantações.

Cria-se, então, um discurso que se projeta a partir das novas técnicas agrícolas e objetivavam não apenas, a melhoria da lavoura, mas o enriquecimento de uma classe agrícola dominante, detentora de grandes propriedades e que mantinham alguma ligação com a política e o comércio. A leitura do álbum nos faz questionar alguns pontos da nova política agrícola. Quais daquelas medidas eram voltadas ao pequeno agricultor? Em algum momento se pensou em uma agricultura voltada para os interesses familiares e do pequeno produtor?

Um dos principais aspectos desse modelo que se instalava para a agricultura era a mecanização da lavoura. E quem tinha interesse em utilizar máquinas para plantio e colheita? Os grandes fazendeiros. Ao pequeno agricultor isso era impensável, pois em uma pequena propriedade a família era, ao mesmo tempo, produtora e consumidora. A força animal, somava-se a força humana, e, então, se tinha o suficiente para a produção.

⁹Mesorregião do Estado da Paraíba, formada por 83 municípios.

¹⁰Microrregião do Estado da Paraíba, formada por 8 municípios.

O processo de mecanização, pelo qual a lavoura deveria passar, tornava-se a ser vista, através da publicação do Álbum de Argemiro de Figueirêdo, pelo DEPEP, como um elemento essencial para o êxito da nova política econômica. De acordo com o material:

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA ó para que os serviços que visem a policultura tivessem pleno êxito, o Governopossúe, para emprestar aos agricultôres, 2. 200 máquinas agrícolas, tendo encontrado o sr. Argemiro de Figueirêdo ao assumir a Chefia do Executivo, em 1935, apenas 357 dessas máquinas. Concomitantemente, o Poder Público emprega todo esforço, através de uma *intênsa campanha de difusão da prática e do valor dos modernos métodos agrários, pela imprensa e pelo rádio, para que os homens do campo adquiram seus próprios instrumentos agrícolas*, ora facilitando a entrada das máquinas, ora as recebendo em consignação para cedê-las ao preço de custo. Com essas modalidades, o Governopossúe contribui para que os nossos agricultores adquirissem mais de dois milhares de máquinas agrícolas.¹¹ (Grifos nossos)

O trecho acima vem confirmar duas coisas: primeiro, o processo de mecanização da lavoura, através da compra ou concessão de máquinas agrícolas, esse é um projeto que se direciona para um determinado setor do campo, aos grandes fazendeiros, não há uma proposta que vise a melhoria das condições de trabalho para o pequeno agricultor. Segunda observação, Argemiro ao lançar essa campanha, monta um aparato para propaganda ó do qual o próprio álbum do DEPEP faz parte ó que divulgue o discurso de uma agricultura revolucionária, nesse sentido, utiliza de uma *intênsa campanha de difusão da prática e do valor dos modernos métodos agrários*, montando uma teia de discursos a seu favor, e que eram formados pelos principais meios de comunicação da época, notadamente o jornal oficial, A União, o jornal, A IMPRESA, este vinculado a Arquidiocese da Paraíba, a qual será utilizada como veículo de propaganda, mediante a concessão de favores e, doações, e por fim, o governo ainda utilizou a jovem Rádio Tabajara, criada em 1937. Percebe-se, então, um interesse em fazer, mas, sobretudo, um interesse em divulgar.

Existem rupturas e permanências, variadas tentativas de consolidar a agricultura paraibana. Uma das maneiras de salvar a agricultura era modernizá-la, através da

¹¹ Realizações do Governopossúe de Argemiro de Figueirêdo. Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba, Brasil, 1938. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). Foi mantida a grafia conforme o original.

implantação de máquinas e técnicas modernas, muitas delas, sendo utilizadas em caráter experimental, quando:

o Poder Público emprega todo o esforço, através de uma intensa campanha de difusão da prática e do valor dos modernos métodos agrários, pela imprensa e pelo rádio, para que os homens do campo adquiram seus próprios instrumentos agrícolas, ora facilitando a entrada das máquinas, ora recebendo em consignação para cedê-las ao preço de custo. Com essas modalidades, o Governo contribui para que os nossos agricultores adquirissem mais de dois milhares de máquinas agrárias¹².

Esse discurso terá um êxito extraordinário. Os avanços e os progressos, propostos por ele, serão então parte do governo de Argemiro. Poderíamos dizer que, o sucesso da política agrícola que é comemorado e exaltado pelo DEPEP, é em certo sentido, o sucesso do empreendimento de um filho e representante direto das elites agrárias da Paraíba, no caso, o Dr. Argemiro, como gostava de ser chamado. Um chefe político que utilizou de todos os meios possíveis para criar um aparato discursivo para a implantação de modernas práticas agrícolas, projetando-se como um político inovador, capaz de conduzir o Estado à inserção no cenário econômico nacional.

É possível perceber que a instituição e a vitória de um projeto de substituição das práticas tradicionais, por *normas racionais*, orientadas pela ciência, é também, a vitória de uma elite agrária que se ressentia de ter ficado à margem da política, durante os processos que sucederam a revolução de 1930. Argemiro de Figueirêdo, ao assumir o lugar de José Américo de Almeida, que, por sua vez, era herdeiro político do Presidente João Pessoa, assumia o dever de conciliar e apagar mágoas deixadas por seus predecessores, em uma Paraíba marcada por intensas querelas políticas (AIRES, 2013), Argemiro, já em seu discurso de posse, se propõe a criar uma união em prol do Estado, o que deve ser questionado. Quais os interesses em conciliar setores opostos da política e da sociedade? Mas, que desejos estavam escondidas em suas palavras? Que interesses brotavam de seu discurso?

Vejamos quais as palavras que ecoaram pelos rudimentares microfones e transmitiam a voz daquele político.

¹² Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. *Realizações do Governo de Argemiro de Figueirêdo*. Brasil, 1938.

Quero o concurso sincero e desassombrado de todo o pessoal do governo, porque todos têm uma quota de responsabilidade na direção das coisas públicas. E eu serei o primeiro a despir-me dos melindres pessoais, afogando os ímpetos individualistas no próprio egoísmo da onda dos interesses coletivos. [...] Quero ver a Paraíba inteira transformada numa só e única família, liberta de ódios e preconceitos, merecedora das bênçãos de Deus pelo espírito de sua confraternização dos homens pelos surtos do seu progresso¹³.

Essa conciliação proposta por Argemiro é uma tentativa de criar uma convergência de interesses entre as elites paraibanas, interesse presente na ideologia do Estado Novo, sob a direção de Getúlio Vargas. Em seu discurso de posse como Interventor, quando se refere à agricultura, ele fala em criar e implantar uma *õmentalidade capaz de compreender o interesse e sua aplicabilidade*¹⁴. O Termo *mentalidade*, é várias vezes repetido, parece ser utilizado para identificar uma maneira de se praticar a agricultura marcada pelo tradicionalismo, que aos olhos do governo estadual e dos agrônomos, seria considerado o responsável pela fragilidade da agricultura paraibana, e por consequência, pelas dificuldades financeiras enfrentadas naquele momento. Contudo, é um termo usado, também, para mostrar contraposição, ou seja, era preciso superar uma mentalidade, caracterizada como *õtradicionalõ*, por uma moderna, adepta de mudanças e transformações.

Sendo assim, desde os primeiros momentos de seu governo, Argemiro se coloca como porta voz de um grupo social ligado a uma agricultura decadente, e que mostrava cada vez mais sinais de enfraquecimento, que classificava os métodos tradicionais de plantio e colheita, como responsável pelo pesadelo econômico do setor, buscando uma saída para o caos, o colapso que se avizinhava.

A historiadora Martha Falcão de Carvalho considera que a política empreendida por Argemiro de Figueirêdo, que ela nomeia de *õargemirismoõ*, se constitui em uma modernização conservadora, pois ao mesmo tempo em que instituía um discurso de modernização e desenvolvimento, fazia com que sua equipe de governo fosse retirada do setor mais tradicional: o meio rural. Seus auxiliares foram tirados do meio rural (COUTINHO *apud* SANTANA, 1999, p, 156). Há uma ambiguidade entre a elaboração de uma equipe de governo, o que reflete na própria maneira de governar, de um lado, esse governador buscava agradar o meio rural, entenda-se os grandes fazendeiros, do

¹³Discurso de posse do Governador Argemiro de Figueirêdo, ao assumir o cargo de Interventor Federal da Paraíba em 1935.

¹⁴*Idem*.

outro uma elite urbana, sobretudo, estudiosos, estudantes de direito e agrônomos, que em sua maioria eram os filhos dessa elite agrária.

Em sua análise, Martha Falcão de Carvalho, percebe que Argemiro de Figueirêdo, ãestabeleceu uma correlação de forças entre o urbano e o rural, entre os bacharéis e profissionais liberais da cidade e os coronéis do campo (CARVALHO, 1999, p, 157). Criado no Estado uma modernização conservadora, a agricultura certamente tinha papel especial nesse processo. Umadas ações de Argemiro frente ao governo, foi propor ao Estado novas alternativas agrícolas visando a modificação do quadro de uma agricultura frágil e marcada pela monocultura do algodão, praticada por médios e grandes agricultores. Contudo, não seriam quaisquer produtos, esses, deveriam contribuir para a criação de atividades agroexportadoras. Antes de tentar trazer essas novas culturas, tentou-se revitalizar aquela, que foi durante anos, a base da economia paraibana, o algodão, assim, precisava ser salvo da desvalorização sofrida.

Para que houvesse uma transformação efetiva daquela realidade, o governo passou a investir maciçamente na reabilitação do algodão, multiplicaram-se as ações no interior, incentivos comerciais, contratação de agrônomos, distribuição gratuita de sementes, compra de máquinas de descaroçamento, tudo com a clara finalidade de tirar seus produtores daquele perigo eminente de quebra. De fato, ainda podemos observar no quadro, que as ações empreendidas tiveram um efeito modesto, porém considerável.

Embora a variedade Texas tenha sido a qualidade que teve maior crescimento entre os anos 1935 e 1937, primeiros anos da interventoria de Argemiro, é o algodão mocó (MOREIRA; FREIRE; SANTOS; NETO, 1989) o que se mostra mais constante em termos de produtividade, ao final, percebe-se que a produção algodoeira da Paraíba, durante os três primeiros anos em que o *õargemirismo* comandou o Estado, teve uma produção quase dez vezes maior do que em 1935. Era a vitória do governo, mas antes de tudo a vitória dos setores dominantes da agricultura, e de maneira especial dos cotinocultores, personagens de destaque no setor agrícola da Paraíba.

A reabilitação do algodão é apenas uma das ações do "argemirismo" e da instituição da nova política agrícola. A implantação do agave e o incentivo a sua produção é outra página dessa história, quase sempre excluía os sujeitos comuns e estabelecia uma história de homens poderosos, donos de terras e ansiosos por mais crescimento econômico. O agave surge então, como mais uma alternativa de enriquecimento. Introduzido na Paraíba ainda na década de 1930, essa ãadmirável

planta, passou a fazer parte do conjunto de discursos que propunham uma revolução na agricultura.

Na Paraíba o agave será terreno fértil e incentivo dos principais políticos, será espalhado do litoral ao sertão, através da distribuição gratuita de mudas e de discursos de salvação. Esse produto, em um curto período de tempo, se tornaria uma das culturas agrícolas mais importantes da Paraíba, superando em alguns casos o algodão. Pelo menos para as elites agrárias, o agave seria a construção de um sonho de enriquecimento e bonança.

O leitor pode se perguntar quais os motivos que levaram esse texto a tratar, pelo menos até o momento, da elite política e agrícola na Paraíba. Onde estão os trabalhadores? Onde está a vida das pessoas simples que estiveram nos bastidores dessa história, que até o momento é tecida por sucessos de grandes personagens? Nossa intenção é mostrar como se deu a mudança na produção agrícola paraibana pós 1930. Percebemos que ocorreram propostas articuladas de mudanças de produto a ser cultivado, e, isto foi propagado e desejado por um determinado grupo, um grupo heterogêneo, composto por grandes agricultores e políticos, entrelaçando interesses que acabaram por tornarem-se um só grupo, uma elite político-agrária. São esses sujeitos que fazem parte daquele cortejo vitorioso e triunfal, do qual fala Walter Benjamin em suas teses sobre o conceito da História.

Contudo, continuando seguindo a proposta de Walter Benjamin, é preciso olhar o que está escondido por trás desses discursos, quais os interesses que lhe dão forma e materialidade? Eis o que nos sugere Benjamin, *õescovar a história a contrapelo*, ou seja, buscar aquilo que está oculto, ou melhor, aquilo que está escondido, por baixo de uma uniformidade ou homogeneidade, que é criada intencionalmente, com a finalidade de atender determinados interesses.

A História, enquanto uma escrita, é um procedimento de seleção de imagens e personagens do passado. O historiador deve interpretar o passado a partir dos restos do tempo que lhes restam, seu olhar deve voltar-se para o passado com o objetivo de captar as diferenças, as descontinuidades históricas. O historiador, ao tentar dar forma ao passado, necessita ter em mente que ele só nos chega por meio de fragmentos, que muitas vezes são tão pequenos, que dificultam a manipulação. O passado em sua totalidade é algo irrecuperável, como nos sugere Benjamin, pois ele ameaça desaparecer bem diante de nosso inquieto olhar:

A verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia. O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento. [...] Porque é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela (BENJAMIN, 2012, p, 11).

Esse passado é também manipulado, desenhado conforme os interesses de um grupo. Destarte, a historiografia tem um papel preponderante na construção desse passado, pois ela contribui para a cristalização de determinados acontecimentos e personagens. No caso da inserção e do sucesso do agave na Paraíba, acreditamos que aconteceu um processopositivação, realizado através de variados discursos, jornalístico, político, religioso. Isto é, foi criado um discurso homogêneo de que o agave havia modificado beneficemente o interior. Esses discursos, que nos chegam como *pedaços do passado*, embora não sejam de domínio exclusivo dos historiadores, fazem parte de uma *Cultura Histórica*¹⁵. Essa é produzida e ao mesmo tempo difundida por variados mecanismos. Pensemos, a partir da ideia de Elio C. Flores, que a cultura histórica é uma produção e uma circulação de saberes sobre o/do passado:

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007, p, 95).

¹⁵Importante ressaltar que *Cultura Histórica*, constitui-se como área de concentração do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba, onde essa pesquisa está sendo desenvolvida. Segundo o Programa, a área de concentração procura traduzir o circuito da qualificação profissional necessária à operação histórica: a formação teórica e metodológica, a análise das experiências históricas e a socialização dos conhecimentos produzidos. Entende-se que, nessa direção, é necessário elaborar e explorar um programa, um conjunto de pesquisas capaz de tornar claras as construções que a expressão cultura histórica recobre no que concerne ao contexto onde é produzida e aplicada, bem como os grupos sociais que a engendraram ou engendram. Tal empreendimento está inserido na difusão de uma tradição escrita e midiática à margem da ciência histórica propriamente dita, mas com notável disseminação na contemporaneidade. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/>. Acesso em 19/05/2014 às 10h 49 min.

Que os discursos de modernização na agricultura, sobretudo, aquelas ligados ao governo estadual surtiram efeito isso é um fato, a agricultura passou a ser vista como uma via de enriquecimento para os grandes proprietários. Contudo, nem só de grandes realizações foi tecida essa história, há um momento de sucesso, mas há também um período onde o fim daquele sonho se anunciava, quando os ricos fazendeiros começaram a amargar o fim do sonho dourado que havia se construído em torno do agave, e os pequenos agricultores tiveram que voltar para seus roçados, reinventando a agricultura que, em muitos casos, foi trocada pelo trabalho nos campos de agave.

A história que aqui se conta não obedece uma linearidade, não pretende ser uma narrativa etapista, mas, seguindo a inspiração benjaminiana, dando saltos temporais e mesmo espaciais. Como instrumento de comunicação, a palavra cria relações, estabelece saberes e enuncia verdades. Com a palavra, o Excelentíssimo Senador pelo Estado da Paraíba, o Drº. Argemiro de Figueirêdo, que havia sido eleito em 1954 pela UDN¹⁶:

Hoje, Sr. Presidente, venho tratar de um problema também econômico. Refiro-me ao sisal. Como se sabe, é fibra nordestina, que hoje constitui elemento dos mais importantes da espinha dorsal econômica do Nordeste brasileiro. Trato do assunto com alguma vaidade de quem governou a Paraíba e para ali com a preocupação natural de um homem que conhece a vida econômica do País, *conduzindo pela aspiração de criar riquezas novas para o Estado que dirigiu*. O sisal tem, na Paraíba, o seu Estado pioneiro. De 1935 a 1940 foi o Governo que teve a honra de presidir o poder propulsor, criador desta grande riqueza, que não é mais da Paraíba nem do Nordeste, porque interessa à economia nacional.¹⁷ (Grifos nossos).

Essa fala do oportuna voz das elites produtoras de agave no Senado Federal, é um nítido interesse em reabilitar uma cultura agrícola que, tinha começado a render lucros desde os anos trinta, e a partir de 1950 mostrava sinais de enfraquecimento. O ano do pronunciamento de Argemiro é 1964, mas, se percebemos bem, esse apelo começava a surgir no fim dos anos cinquenta, quando os grandes produtores e comerciantes de agave no Nordeste, e especificamente na Paraíba, solicitavam dos políticos uma intervenção direta naquela crise.

¹⁶A UDN (União Democrática Nacional), foi um partido criado em 1945 sendo caracterizado por sua oposição à Getúlio Vargas e por seu discurso conservador.

¹⁷ A importância econômica do agave, do sisal e do algodão nordestino nas exportações brasileiras. Discurso pronunciado no Plenário do Senado em 15 de agosto de 1964.

O ano de 1957 marca uma profunda crise no setor agrícola, crise acentuada, sobretudo, pelas secas e pelo enfraquecimento do mercado exportador, paralelamente é um momento em que novos projetos, a respeito da agricultura, começavam a ser traçados para que os desejos de fortuna passassem a alimentar a vida e os sonhos dos paraibanos, e de forma especial, de uma elite ligada aos setores dominantes da política e da agricultura.

Uma vez que era a elite que clamava por iniciativas do governo, é ela mesma que cria o nordeste como uma região problema, que deveria ser alvo de políticas públicas, em prol do sistema agrário decadente, isso se processa já no início do século XX. Essa elite usará a seca como pretexto para reclamarem para si a ação do governo, no caso da seca, ela será tomada:

como justificativa para a solicitação de recursos, de investimentos, de sucessivos pedidos de cancelamento de dívidas por parte dos produtores rurais, pela criação de órgãos e cargos públicos em que vão se alojar pessoas ligadas às elites regionais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p, 246).

Estes projetos¹⁸ incentivar e restauravam alguns setores da agricultura como uma alternativa viável para a manutenção do setor econômico. A partir de 1950 começavam a circular ideias que, em nome da política e do desenvolvimento, a Paraíba, assim como outros Estados da região Nordeste, davam os primeiros passos em direção da retomada da tão almejada, pelas elites, revolução agrícola.

A segunda metade dos anos cinquenta se apresentava como tempos difíceis, sobretudo, para o setor agrícola, que, sofrendo com as intempéries climáticas, sofria com os problemas da estiagem. Nesse contexto era preciso salvar a agricultura. Mas dentro dessa mobilização a agricultura que se desejava salvar era aquela ligada à elite, aos setores exportadores, principalmente o agave e o algodão.

Estes principais produtos agrícolas da economia paraibana haviam perdido sua relevância. A partir do início da década de 1950, a cana de açúcar já vinha dando sinais de enfraquecimento, contudo, ainda continuava sendo responsável por parte do sucesso do setor agroexportador, sendo cultivada no Brejo e na Zona da Mata, atendendo aos interesses dos grandes usineiros, que ainda conseguiam obter lucros. Crise semelhante havia acontecido com o algodão, que, desde os meados dos anos 1930, se mostrava

¹⁸ Acreditamos que a criação da SUDENE em 1959, seja uma das principais maneiras de intervenção na realidade nordestina.

como produto enfraquecido e desvalorizado no mercado nacional, chegando a ser quase extinto dos campos paraibanos. Em contrapartida o algodão começava a se expandir em terras do Sudeste brasileiro. Nesse momento, o São Paulo preparava-se para produzir também fibra média e longa de quantidade suficiente para abastecer sua indústria, o que implicaria na perda do mercado paulista e redundaria no fatal comprometimento do comércio da Paraíba (GURJÃO, 1994, p, 134).

A expressiva crise no setor algodoeiro, que já havia começado nos anos trinta com a concorrência e com a desvalorização do produto, se tornaria ainda mais acentuada com a devastação causada pelo bicudo¹⁹, acentuada nos anos 1980, que segundo Sérgio Rodrigues Costa e Miguel Garcia Bueno:

Na década de 1980, a história da cultura do algodão no Brasil, já bastante conturbada, teve um instante especialmente dramático, com o aparecimento da praga do bicudo, que praticamente transformou as plantações do Nordeste em terra arrasada. Em decorrência, houve não apenas perdas econômicas, mas também desemprego em uma região historicamente pobre (COSTA; BUENO, 2004, p, 21).

Mas, esse não era o único entrave para a superação da crise no setor agrícola, havia ainda, outro terrível fantasma do passado: a seca. Era preciso vencer um problema histórico, que eram as barreiras regionais, que limitavam as trocas comerciais com o vizinho Estado de Pernambuco, ou seja, era preciso criar uma política comercial que expandisse os territórios e rompesse as barreiras impostas por uma política paternalista e protecionista, esse rompimento se materializaria no fim da limitação comercial com a interestadual. A partir de 1930 a Paraíba passa a ser inserida dentro de um processo de ampliação das relações e trocas comerciais com o Sudeste, o que proporcionava uma reorganização dos espaços produtivos, dessa forma, o que acabava por ser uma ruptura na estrutura política.

O que fazer? Como salvar uma agricultura caracterizada como tradicional e pouco produtiva? Antes de buscar qualquer resposta, é preciso entender quem a qualifica como tradicional e o que esse grupo entende por tradicional. Primeiro quem vai criar a imagem de uma agricultura tradicional é a elite ligada aos setores agroexportadores, ou seja, a uma agricultura praticada em grandes latifúndios, na maioria, produtores de

¹⁹O bicudo é uma praga que atinge o algodoeiro, acarretando em altos prejuízos para o setor, a partir da década de 1980, quando destruiu grande parte dos campos de algodão, foi reconhecida sua ação destrutiva, como ação lenta e de grande velocidade, é considerado como o câncer da cottonicultura.

algodão e agave, que faziam parte daquele grupo que havia participado e comungado das ideias implantadas no mandato de Argemiro, enquanto este era governador do Estado, e ainda tinha como objetivo a manutenção do poder econômico e social.

Mas o que era uma agricultura tradicional? Tratava-se de uma agricultura voltada para atender às necessidades familiares, quando havia a injeção do algodão não era no sentido de criar um comércio amplo do produto, mas a comercialização com base no sustento familiar. Sobre isso é possível estabelecer três características.

A primeira coisa a se dizer é que ela é tradicional para um determinado grupo, notadamente aquela que deseja uma ampliação da produção agrícola. Esse tipo de agricultura é geralmente praticada pelos membros da família, atendendo apenas às suas necessidades, sendo o excedente comercializado, as técnicas de plantio e colheita são simples, na maioria das vezes, utilizada a força animal para arar a terra e transportar a colheita. A agricultura tradicional, não participa de uma circulação comercial, mas se limita a pequenas trocas entre vizinhos, familiares e no máximo, venda de produtos no comércio local.

Somando-se as angústias dessa elite agrária, surgiam outras questões. O que plantar? O grande questionamento girava em torno de buscar alternativas que viessem aumentar os lucros do setor agrícola, inserindo a Paraíba dentro de um quadro de exportação agrícola decadente. Tais questionamentos compõem, e proporcionam a constituição de novos dizeres e novos saberes a cerca das atividades produtivas da Paraíba, saberes e dizeres de um grupo de políticos que traçavam novos caminhos para a Paraíba.

No bojo dessa crise é criado um conjunto de discursos, mas, se já existiram em um dado momento, talvez seja melhor falar em uma reelaboração de saberes e práticas discursivas. Saberes que se movimentam em torno de objetivos com claros interesses econômicos, como a inserção da economia paraibana dentro de uma nova realidade econômica, mais lucrativa e dinâmica para os setores interessados. Mas que acabaram por modificar a vida, as relações sociais e os sentimentos de pessoas comuns, alterando suas sensibilidades e suas maneiras de verem o mundo e a si mesmas.

O universo rural sofre drásticas modificações sociais e culturais com a implantação dessa nova mentalidade agrícola, que não é tão nova, pois já era proposta desde o fim dos anos trinta, durante o argemirismo.

Dentro de todo esse novo contexto é preciso não esquecer os trabalhadores, as pessoas comuns, agricultores, que de certa forma se encontravam alheios a esse

processo e são inseridos dentro de uma nova perspectiva agrícola. Essas são pessoas de nomes e trajetórias desconhecidas, pessoas que a partir de suas experiências cotidianas, reinventaram suas existências e suas relações sociais a partir de um contexto, tantas vezes adverso, marcado pela exclusão da agricultura tradicional.

Há uma novidade nesse momento, a preocupação não só na produção, mas também voltada para a comercialização de produtos. Começa a existir uma tentativa de formar uma nova organização comercial. Trata-se, então, da necessidade, dos setores produtivos, de se criar uma (re) organização dos espaços produtivos, ação que não se limitará ao Estado paraibano, mas acontecerá em todo o território nordestino, atendendo às particularidades das áreas de produção agrícola de cada Estado, essas tentativas deveriam levar em conta o solo, o clima e mesmo as vocações comerciais de cada realidade. Percebe-se, então, que se trata de um processo minimamente planejado, pensado de acordo com todo um conjunto de saberes e poderes, gestados e articulados em torno dos interesses da elite ligada ao meio rural.

Essa nova proposta de organização comercial, que se projeta no Nordeste, nos anos cinquenta inauguram uma nova maneira de veros espaços produtivos/comerciais e de propor alternativas agrícolas e comerciais, que vissem o aumento das exportações e a maior lucratividade. A década de 1950, é um momento importante no sentido em que inaugura uma nova maneira de pensar e agir, e no Nordeste, certamente a SUDENE faz parte desse momento.

Lembremos que a década de 1950 é também o momento da ação direta do Governo Federal sobre o Nordeste, através da criação da SUDENE. De acordo com os estudos de Rosa Godoy da Silveira (1984), a década de 1950 inaugura, assim, uma visão de um Nordeste, a partir das perspectivas dos *õdesníveis regionaisõ*, trata-se de um discurso político que interpretaria a realidade regional de acordo com os problemas sociais e políticos da região. Momento em que instituição da SUDENE tinha a finalidade de analisar as problemáticas da região e ao mesmo tempo apontar e planejar ações estruturais para o desenvolvimento do Nordeste, retirando-o das margens do desenvolvimento.

A emergência do discurso dos *õdesníveis regionaisõ* traz consigo a proposta de retomar algumas potencialidades comerciais, nesse sentido, busca-se salvar o algodão, tornando-o novamente o motor da economia paraibana. Não coincidentemente, é também o momento em que o cantor e poeta Luiz Gonzaga percorre o país cantando

*o algodão*²⁰, música que elogia o trabalho e incentiva a plantação do ouro branco, através de uma poética ritmada, Gonzaga, mostra a satisfação do homem do campo durante o plantio e a colheita. Alegria essa que seria maior ainda para as elites agrárias.

Uma batalha que se configuraria na superação do atraso e das dificuldades consequentes das constantes estiagens da região. A música está intimamente ligada a política desenvolvimentista, elaborada pelo governo, do então presidente, Juscelino Kubitschek de Oliveira, através da implantação da SUDENE, com o objetivo de retirar o país de uma condição de miséria, inserindo-o dentro de mudanças não apenas quantitativas e econômicas, mas qualitativas, culturais e sociais.

A música de Luiz Gonzaga destaca eventos de um período agrícola em que o algodão precisava ser salvo, vindo novamente a ser, o mais importante elemento da economia Nordeste. Adentra na vida rural e incentiva ao trabalho, faz parte dos discursos da época onde a estrada do desenvolvimento passaria pelo incentivo à agricultura. Em toda a letra há um incentivo a plantar, a trabalhar, a movimentar e dar consistência à região. O produto que enriquece o país, trata-se de reflexos da política do nacional desenvolvimentismo, procurava-se de certa forma, estimular a produção econômica de acordo com as especificidades regionais. Que produto? A ideia ficou vaga, retome o termo/palavra referente ao produto!

O leitor deve-se perguntar, quais motivos levaram essa agricultura a ser planejada e (re) planejada em momentos diversos? Acreditamos que trata-se de um processo que ocorre em vários momentos e sob variadas formas, atendendo à interesses políticos e econômicos, que se modificam constantemente.

Pode-se dizer que esse processo de mudanças na agricultura paraibana se projeta não em um momento, mas deve ser entendido como um processo histórico que se arrasta desde a década de trinta e só conseguirá se consolidar, de fato, nos anos setenta, através de uma política desenvolvimentista, que ganhava corpo em todo Brasil, com a efetiva integração comercial entre todas regiões:

O quadro que começa a se desenhar nos anos de 1930, representa, a nível da história da Paraíba, o momento de aceleração das relações e trocas comerciais regulares do Nordeste (e da Paraíba) com o pólo dinâmico nacional e o Sudeste. É uma fase que direciona tanto a área paraibana, quanto o resto do território nordestino a um aprofundamento de sua situação de dependência, e se caracteriza pela reorganização de seus espaços produtivos e a agrícola e a industrial e,

²⁰ *o Algodão*, Luiz Gonzaga e Zé Dantas, 1953.

constituindo-se em etapa essencial à consolidação do processo de integração no mercado nacional de produção e de circulação de bens, que ocorrerá nos anos de 1970 (AMORIM, 1999, p, 49).

Ao propor uma análise da economia paraibana, a partir de um recorte cronológico de quarenta anos (1930-1970), a autora identifica muitos aspectos importantes que podem contribuir em nossa análise. A começar, pela identificação da necessidade das políticas agrícolas do estado da Paraíba se alinharem a uma dinâmica de aceleração e trocas comerciais, em escala nacional, pois essa seria uma prerrogativa básica para que se pudesse adentrar nesse processo de articulação comercial. Uma segunda característica desse momento, é, a importância que ganha o projeto de integração nacional, em que a agricultura deveria se adequar ao projeto de produção e circulação de bens, instaurando uma nova dinâmica de comercialização agrícola, fortalecendo os setores produtivos e criando uma zona de conforto para as elites ligadas aos setores da agricultura e comercialização.

Como a região Nordeste se inseria, de maneira efetiva, dentro desse processo?

Foram realizadas um grande número de medidas políticas e econômicas para processarem essa inserção, porém nos delimitamos a destacar a alternativa que foi apresentada pelo governo e pelos agrônomos da Paraíba: a valorização da difusão e a implantação do agave, pela construção de uma imagem salvadora e redentora para o Nordeste, e de modo especial para este estado.

Se esse projeto ganhou certa urgência nos anos setenta, de certo modo já nos anos sessenta houve um claro e acentuado panorama de crise. Em quase todo o Nordeste, o agave, que outrora se tornou o produto de maior destaque no cenário econômico, começou a dar claros sinais de enfraquecimento. As exportações sofreram uma queda assustadora, se comparadas aos dourados anos quarenta e cinquenta. Neste período o agave havia se tornado alvo de investimento das elites agrárias, e os grandes fazendeiros haviam espalhado os campos de agave por todo o interior, sobretudo, nas regiões do Agreste²¹ e da Borborema²², nas quais, as condições de solo e de clima eram extremamente favoráveis para seu desenvolvimento.

²¹ Mesorregião da Paraíba, formada pelo agrupamento de 66 municípios.

²² Mesorregião da Paraíba, formada pelo agrupamento de 44 municípios.

Era o início de um pesadelo para os fazendeiros que haviam dedicado todos os esforços em criar uma cultura²³ do agave, era também o nascimento de um sonho, de perspectivas de dias melhores para os pequenos e médios agricultores. Com a crise dos anos cinquenta houve o dismantelamento das grandes usinas beneficiadoras de agave, surgindo em seu lugar, uma nova categoria que ficou conhecida como os òdonos de motorö. Eram homens que haviam adquirido pequenas unidades de beneficiamento, caracterizando um tipo de trabalho nomeado de motores, que se alastraram pelo interior da Paraíba, popularizando essa nova cultura agrícola. O interior da Paraíba se modificava, tinha os roçados de milho, feijão, mandioca, substituídos pelas longas e viçosas folhas do agave.

Uma coisa jamais vista era observada em cada canto do interior paraibano. Via-se de fato, uma verdadeira òinvasão do agaveö, a paisagem, assim como a vida dos agricultores, era drasticamente modificada, como identificaram os estudiosos do processo de desenvolvimento que surgia em terras nordestinas.

Como se processa essa òinvasão do agaveö? O que significa essa expansão e essa popularização do agave? Qual seriam suas implicações e seus impactos sobre a agricultura? Sobre a vida e sobre as sensibilidades individuais e coletivas? Essa expansão dos motores de agave por territórios menores, marca o momento que o agave deixava de ser um monopólio dos grandes fazendeiros e começava a ganhar espaço em fazendas de médio porte. Ainda sendo incentivado pelos discursos governamentais ele adentrava lentamente nas pequenas cidades do interior paraibano. Inaugurava-se um tempo em que sua produção passaria a ser o motor para o desenvolvimento de pequenas cidades, os trabalhadores seriam, então, agricultores que durante a seca, se ocupariam do trabalho nos campos de agave, que surgiam no lugar dos grandes roçados de milho e feijão.

Isso fazia, também, com que as plantações se espalhassem, passassem a fazer parte da paisagem regional, tomando o espaço que outrora era exclusivo da agricultura convencional de milho e feijão. Com a crise no setor agrário, que teve seu momento

²³Entendemos aqui que a cultura é um movimento de relações, assim, criar uma cultura do agave significava não apenas inserir o seu cultivo no campo das atividades agrícolas, mas criar toda uma rede de costumes que fizessem o agave tornarem-se um elemento cotidiano, sendo assim, o objetivo dessa tentativa era inseri-lo na vida do trabalhador. Segundo o antropólogo norte-americano Clifford Geertz, a cultura formada a partir de estruturas sociais que se articulam com indivíduos e grupos, ao propor uma òinterpretação das culturasö o autor diz que: ò[...] a cultura que é mais bem vista não como complexos de padrões concretos de comportamento-costumes, usos, tradições, feixes de hábitos, com tem sido agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle-planos receitas, regras, instruçõesö (GEERTZ, 1989, p.56).

mais dramático, percebe-se no período subsequente aos anos cinquenta, com a crise das exportações, que o agave passa a se popularizar com maior facilidade, se antes estava restrito aos grandes fazendeiros, requerendo um enorme investimento financeiro, agora passa a ser uma possibilidade de lucros para produtores medianos, que, quando tinham milpés de agave, se consideravam como grandes produtores.

Escrevendo limiar dos anos oitenta, Ramilton Costa (1989), identifica a emergência dessa nova configuração de fazendeiros, agora, não mais ligados a uma grande fortuna em terras ou em trabalhadores, mas que continuavam atentos a manutenção de velhos sistemas de dominação:

Hoje o grande proprietário não é mais o senhor absoluto de dezenas ou centenas de moradores a sua disposição e ao seu cuidado. As casas das fazendas estão cada vez mais vazias, a palma e o gado têm substituindo a roça e tem crescido o trabalho periódico, o trabalho assalariado. Os proprietários também criaram e recriaram mecanismos para conseguir manter controle da mão-de-obra e também conseguir apoio político para segurar ou remendar seu poder na esfera local (COSTA, 1989, p, 98).

Surgem então pequenas fazendas de agave, pequenas unidades de produção e beneficiamento. Fenômeno que em Cubati²⁴ pode ser observado a partir da segunda metade da década de 1950, e de forma mais acentuada nos anos sessenta e setenta, quando vários fazendeiros passaram a plantar agave. Outros, mais ansiosos por retorno financeiro, compravam fazendas em que já haviam as benfeitorias de agave, ou seja, que consistiam em plantações, já em pleno desenvolvimento, e instalações para colheita e beneficiamento. Essas benfeitorias garantiam aos compradores uma lucratividade imediata, não sendo necessário a plantação e a espera do desenvolvimento do agave

Foi isso que fez o Sr. José de Medeiros Dantas, que em 19 de outubro de 1965 comprou nove hectares de terra, na estrada do sítio Golpe D'água, com benfeitorias de agave, pagando aos vendedores uma quantia de 300.000 cruzeiros. O mesmo, ainda comprara outra propriedade com plantações de agave²⁵. Não é à toa que este senhor se tornou um dos principais produtores e comerciantes de agave da região do Seridó

²⁴A cidade de Cubati está localizada na região do Seridó Oriental Paraibano com sua área territorial correspondente a 137,2 km². Anteriormente denominada como Vila de Canoas, foi emancipada em 1959, quando deixou a condição de distrito do município de Picuí. Em Cubati o agave desempenhou um papel preponderante como fonte de renda e de sobrevivência familiar, sobretudo nos períodos de estiagem, ele foi a cultura impulsionadora do desenvolvimento da cidade, sendo considerada como símbolo de seu crescimento econômico.

²⁵ Guia de recolhimento *inter vivos*. Arquivo da Prefeitura Municipal de Cubati.

paraibano, nos anos sessenta seus esforços se concentrarão em ampliar suas propriedades.

Mais que produtor e comprador de agave, esse fazendeiro, representante de uma elite local, participaria da criação de uma cultura do agave em Cubati, seu *lugar social* (CERTEAU, 2011), de prefeitoda cidade, também era de incentivar outros agricultores a plantarem e difundirem o agave, a fazerem dele um meio de vida, mostrando e fazendo saber dos sucessos daquele novo empreendimento. Em relação à venda das terras, entende-se que as plantações de agave, como plantas já adultas, próximas da colheita, além de atraírem compradores, forneciam às propriedades rurais uma maior valorização, atribuindo-lhe um valor superior às demais propriedades rurais.

Seria ingênuo e até mesmo leviano afirmar que a implantação do agave no interior da Paraíba, e precisamente em Cubati, foi uma história construída apenas de sucessos e prodigiosos êxitos. Essa imagem é desenhada pelas pessoas que lograram com aquela cultura, que fizeram fortuna com o agave, para o pequeno agricultor, que se torna mão de obra, a história é bem diferente, é mais uma conformidade do que uma lembrança boa.

A saga do agave na Paraíba é uma história de altos e baixos, com sucessos e fracassos, mas voltemos ao pronunciamento do Senador Argemiro Figueirêdo, citado anteriormente.

É preciso compreender que Argemiro, enquanto representante político da Paraíba, fala em momentos distintos. Se antes, na década de trinta fala como Governador, agora em um momento diferente, 1965, sua fala é de um representante no Senado, dessa vez, mais próximo da esfera Federal do poder e representando um segmento social de seu Estado, a saber, os grandes fazendeiros e empresários do setor.

Com essas palavras ele anuncia ao mesmo tempo a crise e a expectativa, a decadência e os desejos de uma elite ligada a um setor decadente da economia, dessa forma notadamente fala pela Paraíba. Seu discurso é ainda marcado pela contradição, pela evidência de contrastes econômicos, que por sua vez, refletiam na sociedade, fala em denúncia da polarização entre os Estados do Sul e do Sudeste, portanto, demarca um lugar e institui uma relação de forças, de poderes.

O Senado proporcionava uma confluência de interesses em torno da temática, ali, interesses se encontravam com o intuito de fortalecer o agave, no Senado ele passa a ser entendido como uma cultura afetada pelos problemas econômicos nacionais, torna-

se, dessa maneira um tema de discussão coletiva. Somando-se ao Senador Argemiro, o representante do Estado da Bahia, Arthur Leite²⁶, intervinha em sua fala dizendo que:

A indústria do sisal é, realmente, de fundamental importância para a economia do Nordeste, sobretudo porque constitui o meio de vida de milhões de indivíduos, podemos dizer assim. Por isso mesmo precisa ela merecer o mais decidido apoio das nossas autoridades que devem ampará-la, em todos os sentidos, não só aperfeiçoando a cultura do sisal, como também financiando diretamente o produto²⁷.

São interesses não mais solitários, mas, que a partir de uma discussão nacional, tornam-se coletivos. Observa-se que, passados quase trinta anos, o agave volta a ser o centro dos debates. Se antes os discursos confluíam para que os fazendeiros aderissem àquela cultura, plantando, incentivando outros a plantarem, agora o discurso ganha outra conotação, agora circulam em torno do seu reestabelecimento comercial, que passaria antes de tudo, pelos incentivos à plantação de novos campos. A crise agroexportadora e a seca, haviam criado um clima de insegurança entre os produtores, e, nesse sentido, as palavras de Arthur Leite, soariam como uma esperança que se avizinhava

Por isso mesmo precisa ela merecer o mais decidido apoio das nossas autoridades que *devem ampará-la*, em todos os sentidos, não só aperfeiçoando a cultura do sisal, como também financiando diretamente o produto (LEITE, 1964).

Esses discursos devem ser entendidos, uma vez que são produzidos, manipuláveis e ao mesmo tempo manipuladores. É preciso compreender que discursos criam sentidos e estabelecem saberes e práticas. Discursos são práticas, como acontecimentos que demarcam saberes e poderes em uma determinada sociedade (FOUCAULT, 2012, p, 10). Discursos compõem redes de saberes, instituem poderes e modificam vidas, alteram percursos de existências. O discurso é uma rede de enunciados ou de relações que tornam possíveis significantes. Michel Foucault nos chama a atenção para pensarmos os discursos como lugares de produção de verdades, onde se operam exclusões e interdições, ainda é possível compreender que os discursos

²⁶ Arthur Leite da Silveira (1906 ó 1989), Senador pelo Estado da Bahia em 1964, defendia os interesses da classe produtiva e comercial de seu Estado, especificamente a dos fazendeiros ligados a lavoura do cacau, de quem era representante direto.

²⁷ Aparte concedida ao Senador Arthur Leite do Estado da Bahia. A importância econômica do agave, do sisal e do algodão nordestino nas exportações brasileiras. Discurso pronunciado no Plenário do Senado em 15 de agosto de 1964.

são, também, objetos de desejo e de poder, instituem lugares e operam exclusões, interdições.

A análise do discurso, na perspectiva foucaultiana, nos leva a compreender que, a fala desse representante da Paraíba, só é possível porque se tratam de palavras possibilitadas por um lugar de poder, um discurso, no qual, confluem jogos de interesses, políticos, econômicos e sociais. Ao analisar discursos é de grande importância problematizar de que lugar eles partem, a partir de que contextos se articulam, discursos são como setas, são lançadas tendo em vista um ponto de chegada, um alvo.

Ao analisarmos os discursos que falam sobre o reestabelecimento do agave e de sua comercialização, devemos perceber que quem fala é um dos políticos mais influentes da Paraíba, Argemiro de Figueirêdo, representante legítimo das elites agrárias, um político que usou a cultura do agave, como bandeira de sua atuação política. Desde os tempos em que foi governador, a agricultura, foi vista como a principal via de acesso ao desenvolvimento para a região enquadrada como Semiárido²⁸ brasileiro, e de forma especial para a Paraíba. Contudo, a agricultura desejada por esse grupo é uma agricultura voltada para a exportação, na qual, o homem do campo torna-se apenas mão de obra, dentro de todo um processo econômico que beneficiava apenas um grupo.

Através dos incentivos para a preservação da cultura do agave, acreditava Argemiro, que a Paraíba e o Nordeste, saíam do sub-desenvolvimento e se tornariam importantes economicamente para o cenário nacional. É necessário entender que essa opção de falar pela e para a agricultura, não se constitui em uma opção isolada ou alheia a realidade, em que *odefensor do povo paraibano*²⁹, procura legitimar o abandono de uma região, considerada como problema, e até mesmo como um empecilho para o progresso nacional.

É um discurso de alguém diretamente ligado ao interior do Estado, portando, que tinha relações estreitas com produtores e comerciantes. Nesse momento, Campina Grande, sua terra natal e seu berço político, que, até os anos 1980 é um pólo de compra e

²⁸ A área do semiárido foi instituída em 2005 pelo Ministério da Integração Nacional com base em três critérios: precipitação pluviométrica; aridez e risco de seca. FRANCISCO (2013); O semiárido brasileiro estende-se por aproximadamente 1 milhão de km², cobrindo 11% do território nacional e contendo 1.132 municípios, abrangendo integralmente o Estado do Ceará (100%), mais da metade da Bahia (54%), da Paraíba (92%), de Pernambuco (83%), do Piauí (63%) e do Rio Grande do Norte (95%), quase metade de Alagoas (48%) e Sergipe (49%), além de pequenas porções de Minas Gerais (2%) e do Maranhão (1%) e parte do Espírito Santo (p. 163).

²⁹ Aqui faço uma referência ao Jingle de Argemiro de Figueirêdo, na campanha para o governo da Paraíba em 1950, na qual, foi eleito, José Américo de Almeida.

exportação da fibra de agave, é um dos mais importantes centros comerciais do Nordeste. Por isso, quando o senador fala de uma classe produtora de agave, ele faz referência aos grandes produtores e compradores de agave, que na grande maioria dos casos, começavam a entrar em um terrível e gradual colapso financeiro.

Direcionando sua atenção para o cenário decadente da agricultura paraibana, os governos, Estadual e Federal, passaram a tomar algumas medidas que pudessem modificar o quadro, medidas que consistiam em oferecer alternativas de cultivo, que fossem possíveis mesmo nos longos períodos de estiagem. Lembremos que essa é uma característica da política de Argemiro que, desde sua passagem pelo ao governo do Estado, entre 1935 e 1940, consistiu em implementar e diversificar a agricultura, introduzindo nela, novas culturas agrícolas, como é o caso do agave.

Em 1964, há uma nova configuração dos discursos sobre a agricultura paraibana, trata-se de um deslocamento em torno dos objetivos e interesses. Agora o problema não é mais criar técnicas, inserir novas práticas agrícolas, ou criar uma mentalidade agrícola, como pretendia-se na segunda metade dos anos trinta, a questão agora era de ordem puramente econômica, as elites agrárias e os comerciantes imploravam por uma ação direta e eficaz do Governo Federal.

Os discursos do Senador Argemiro, transmitem um desejo que é dele, mas, é mais ainda um desejo das elites agrárias, esse desejo de vida e de sorte está claro nas falas do Senador, o agave era, por ele apresentado, como uma possibilidade de criar riquezas, de alavancar uma economia frágil, e sem perspectivas de crescimento. Ao falar da implantação da cultura na Paraíba, transparece o orgulho, e ao mesmo tempo uma preocupação, ao falar sobre os problemas enfrentados, articula um discurso engajado, de um homem que se diz conhecedor da realidade econômica, do Estado pioneiro no cultivo do agave. Argemiro fala de uma realidade da qual se orgulha, vangloria-se em ter sido o incentivador de seu cultivo, institui um lugar para seu discurso, articulando-o com a difícil realidade enfrentada.

Ele transmite uma mensagem das elites produtoras de agave da Paraíba, e faz do uso da palavra, uma estratégia para mostrar aquilo que a seu ver, seria o responsável pelo atraso econômico da região Nordeste. A atenção na maior parte das vezes exagerada, aos Estados do Sul e Sudeste, em detrimento aos Estados nordestinos, essa atenção, isso claramente se materializava no incentivo à industrialização, porém mais do que dizer a existência do problema, ele deseja dar uma explicação para o mesmo. Sua palavra, além de denunciar, pretende também fornecer uma explicação plausível para o

problema, as palavras se operam em torno de uma denúncia, de uma acusação, advoga em torno de uma causa e de um problema. Logo, esse posicionamento é uma estratégia política, uma maneira de atrair recursos financeiros e perdão de dívidas para os grandes fazendeiros.

Ele acaba por afirmar que esse problema não é puramente político, embora seja esse o principal fator, as causas para o atraso econômico seriam multilaterais, a crise econômica e diretamente, a crise do agave na Paraíba, seria, pois, um problema que abarcaria pelo menos quatro faces *õinfluência política, social, intelectual e eleitoral*.

O problema econômico, no Nordeste seria exclusivamente a seca, mas estaria associado a questões de influência política, social, intelectual e eleitoral. Contribuiriam assim, para que a maioria dos recursos federais passassem a ser destinados a outras regiões brasileiras, notadamente Sul e Sudeste, aumentando consideravelmente aquilo que durante os anos trinta, passou a se chamar de desníveis ou disparidades regionais. Esses desníveis se evidenciavam na medida em que ao Sul era a industrialização que lhe era destinada, enquanto o Nordeste, continuava sendo o celeiro da nação, depositário da matéria prima e da mão de obra, assim, teciam-se os jogos de poder entre uma elite e um Nordeste passado para trás.

Para além da questão econômica, Argemiro aponta que questões sociais, intelectuais e eleitorais, contribuiriam com esse quadro: *õE o que se observa, a todo instante, decorrente da influência política, social, intelectual e eleitoral em representação dos Estados sulinos com a atuação mais pronta e decisiva do Governo em favor da economia dessas regiões*. Tratava-se de identificar os problemas e suas conjecturas, não uma causa, mas causas que estavam articuladas.

É interessante notar que, o senador destaca em seu discurso, porque até mesmo a elite intelectual sulista teria influência sobre o Governo Federal, dessa forma contribuiria para uma maior atenção para os estados sulistas. Somavam-se as inconstâncias pluviométricas e a baixa qualidade dos solos, quase sempre impróprios para a prática da agricultura, o que aumentava ainda mais as disparidades entre as regiões: *õQuanto ao Nordeste, onde a produção se desenvolve com sacrifícios imensos, onde o homem enfrenta a hostilidade do solo ingrato e também do clima os apelos dali provenientes não são recebidos com a mesma prontidão*.

Se a agricultura era a única via para o Nordeste, era preciso que ela fosse modernizada, na medida do possível, embora não se veja uma modernização em termos de maquinário, técnicas ou projetos, ela passa por um processo de diversificação.

Objetiva-se deixar a monocultura de algodão, desenvolvida nas grandes fazendas, e buscar outras culturas agrícolas que se adaptassem ao solo e ao clima da região. Também, não era mais viável que nossa produção se pautasse pela agricultura do milho e do feijão, muito menos que continuasse sendo uma produção familiar. Era preciso exportar, expandir os horizontes de uma agricultura deficiente, frágil.

Desde meados de 1930 e 1940, em meio a um conjunto de discursos, cria-se a falácia de uma necessária diversificação da agricultura. Diversificar a agricultura era a palavra de ordem, segundo o conjunto de saberes instituídos como verdade, a monocultura contribuía ainda mais para o atraso econômico e social, desse modo, deveria ser superada. Esse mesmo discurso propagaria a ideia de que, a agricultura para contribuir com amudançaço quadro econômico e social, era preciso que fosse diversificada, tivesse sua finalidade voltada não só para a subsistência, mas que pudesse ser também uma via para a exportação. Por meio de uma intensa campanha agrária, a Paraíba ia, moderadamente, superando a monocultura e implantando novas lavouras, a policultura. Parecia ser um sonho acompanhado de muitas e produtivas realidades, seria ela a liberdade do povo paraibano.

Ora, essa diversificação não se constitui em nada mais que, a quase eliminação da pequena propriedade, para a criação de grandes plantações de culturas mais rentáveis à receita do Estado. Pode-se destacar nesse sentido, as tentativas desenfreadas do Governo Estadual em ampliar as áreas cultivadas de algodão e criar campos de agave, ambos, voltados a exportação. Entendemos que a diversificação agrícola, proposta pelo governo e pelos agrônomos, não é uma diversificação e sim, é a institucionalização de um tipo de agricultura, ão agaveõ, com interesses agroexportadores, e, como dito anteriormente, onde o homem do campo seria apenas mão de obra.

Contudo, essa crise no setor agroexportador que ãressucitaõ um discurso em prol da agricultura, é fruto de um momento histórico, a saber, a década de 1970. Aqui creio ser necessário, mostrar como se desenha o Nordeste, mostrando, assim, quais as linhas discursivas que traçam a região. É importante perceber que esse não era um problema novo, desde o final do século XIX, a região Nordeste apresentava um quadro agrícola decadente. Ao fim do período da grande produção açucareira, a crise de mão de obra escrava somava-se a outro problema que, de certa forma, seria considerado como responsável pelo pesadelo que se instaurara: a seca.

A seca tornava-se, então,afetava drasticamente o campo e a cidade. Contudo, mais que um problema, a seca teria sido apropriada por uma conjuntura discursiva e

colocaria a região como um problema nacional, como um pedaço do Brasil que carecia de um tratamento diferenciado.

Durval Muniz de Albuquerque Jr., (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p, 141) identifica que o recorte e o próprio termo "Nordeste", seria fruto de um conjunto de imagens e discursos que remontam o início do século XX, essas imagens desenhariam uma região carente, necessitada de atenção especial, por parte das instituições públicas. Institucionalmente, o termo passou a ser utilizado pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), demarcando um território sujeito à longas estiagens, carecedora de especial atenção do poder federal. Essa construção, ou como prefere Durval Muniz (*op. cit.*), essa invenção do Nordeste só conseguirá se efetivar a partir dos anos vinte.

Juntamente com esses discursos políticos, produtos de um grupo interessado em políticas assistencialistas que atenderiam as suas necessidades, sobretudo, econômicas, somam-se discursos que apresentam visões sobre a região, criando imagens e desenhando paisagens que contribuirão para a consolidação do Nordeste. Além de criar imagens da sociedade, essa literatura, tida como regionalista, cria também imagens da natureza, no caso do Nordeste, a literatura de trinta é, co-responsável pela construção das imagens da seca, da miséria e da dor.

Nesse sentido, a literatura é capaz de criar imagens sobre lugar, e, assim, moldar as percepções humanas sobre o espaço, a natureza e a sociedade. A literatura regional e as artes plásticas nacionais serão utilizadas, em grande medida, para criar a imagem de um Nordeste seco, quase desprovido de vida, impossível de (sobre) viver, cheio de migrantes, flagelados da seca. De acordo com Catarina Buriti e José Octávio Aguiar:

Como espaço de criação e autoinstituição imaginária das sociedades humanas, a literatura pode ser uma janela privilegiada para a detecção de como um grupo social, ou, alguns indivíduos específicos, representam escolhas societárias peculiares, descrevendo estratégias de representação e humanização dos espaços (AGUIAR, BURITI, 2011, p, 326).

Rachel de Queiroz, por exemplo, em *O quinze*, seu primeiro romance, escrito em 1930, nos faz mergulhar no angustiante trajeto de uma família de retirantes em sua fuga da seca e da morte e o caminho trilhado por esses retirantes é o próprio caminho da

seca. Na trajetória de Chico Bento e Cordulina, tudo é dor, solidão, fome e saudade da velha fazenda onde construíram sua vida, mas o caminho é feito tão somente de fome e de morte, a angústia da morte eminente rodeia aquela família, como se quisesse levar todos de uma só vez.

O Quinze é uma história em que ficção e realidade se entrelaçam na construção da narrativa, a autora, imprime em seu romance, as suas próprias vivências no interior do Ceará, do início do século XX. Os personagens e os cenários que a autora apresenta são (re) criações de suas vivências e experiências durante a grande seca de 1915, assim, o romance é fruto de uma simbiose³⁰ entre o eu (real; vivido) e a ficção (criação; invenção).

A autora não cria apenas paisagens naturais, mas, faz o leitor projetar diante de si, imagens humanas, que mais parecem projeções da natureza. O corpo magro de Cordulina é semelhante aos galhos secos castigados pelo sol impetuoso. O olhar de Chico Bento para a mulher é um espaço de saudade, que olha o presente, e, através das arte (manhas) da memória, recuperaperdidas entre suas sensações do presente, imagens do passado. Em poucas palavras, aqueles dois nos revelam a paisagem humana da seca no Nordeste, paisagem que embora passe pelo crivo da imaginação (literária), dialoga intensamente com o vivido.

Concordamos com Geralda Medeiros Nóbrega (NOBREGA, 2011, p, 79) inspirada na leitura de Gaston Bachelard, mostra que o romance de Rachel de Queiroz é uma obra em que o imaginário é marcado pela verossimilhança com o realidade, em que o drama natural se assimila com o drama humano. A fuga da vida em busca de nova vida, em que essa família se aventura, termina como a vida de tantos sertanejos, a ida em busca de oportunidades em terras sulistas, na ausência de oportunidades, naturais ou políticas. São Paulo passa a ser um espaço utópico, onde sonhos e esperanças são possíveis, espaço imaginado, idealizado pela necessidade de (sobre) viver.

Essas são imagens de um Nordeste seco, inóspito, quase averso à vida humana. A seca desenha um cenário desesperador, de *ōnefastas consequências para a nação* brasileira, a miséria assolava grande parte dos sertanejos, nesse sentido, retoma-se os discursos em que se (re) elaboram as concepções sobre a agricultura, em que, novamente a diversificação seria a que ganharia maior destaque entre os políticos e

³⁰Tomamos emprestado o termo da Ecologia para mostrar que trata-se de um processo em que, a associação de dois ou mais seres de diferentes espécies, mas que vivem conjuntamente, com vantagens recíprocas, são caracterizados como um só organismo.

agrônomos. A monocultura é novamente revestida de uma conotação negativa para o homem e para a sua sobrevivência.

Novamente, os incentivos ao cultivo do agave são apontados como maneira dese superar as consecutivas crises da agricultura, agravadas ainda mais pelas intempéries climáticas e os abalos no setor agroexportador:

Identificavam-se, dessa forma, as crises cíclicas da produção agrícola como causadoras de nefastas consequências para a nação. Não que a agricultura fosse crítica, mas a agricultura monocultora, dependendo de planos de valorização responsáveis pelos desequilíbrios monetários, deveria ser superada (LINHARES; TEIXEIRA apud NUNES, 2006, p. 97)

Eis que o discurso da diversificação agrícola (re)surge com toda força, na verdade, acreditamos que ele nunca desapareceu, mas se metamorfoseou durante as décadas, agora, nos anos cinquenta e sessenta, ele retoma com mais força, revestido em outros interesses. A respeito dessa diversificação da agricultura paraibana, a historiadora Mariângela Nunes (2006), defende que o processo de diversificação da agricultura deve ser entendido como uma questão ampla, que há um cruzamento de objetivos e interesses, em que o processo de industrialização seria apenas o pano de fundo.

A diversificação da produção agrícola deve ser entendida dentro de uma conjuntura mais ampla, pautada pela industrialização do país. Este quadro, marcado pelo desenvolvimento urbano, induziu a uma reorientação da agricultura brasileira (NUNES, 2006, p. 102).

Em certo sentido, concordamos com a autora. De fato, houve uma reorientação da agricultura. Quanto à diversificação agrícola, é necessário entendê-la, pois não é um projeto elaborado no sentido de beneficiar o pequeno agricultor. É, antes de mais nada, outra monobra de um grupo que pretendia, a qualquer custo, manter o poder econômico. Para o pequeno produtor rural, que cultivava feijão e milho, o discurso da superação da monocultura se caracterizou num engodo, pois não houve diversificação agrícola, houve a criação da monocultura do agave e a destruição do modo de vida, baseado na agricultura de subsistência.

O que aconteceu foi a inserção de lavouras, sobretudo, o agave, como uma cultura que deveria reinar absoluta, atendendo aos interesses de um grupo de agricultores e proprietários de grandes áreas territoriais, muitas vezes, acabando com a

possibilidade de se plantar outras lavouras. Tudo era agave. Afinal, todos apontavam para ele como a salvação presente, palpável. Quase todas as terras só tinham espaço para o agave. Em certo sentido, a agricultura familiar e as práticas culturais do campo, foram exterminadas seguindo do discurso do progresso.

O agave veio para instaurar uma nova forma de vida. Com ele se implantou uma nova concepção de agricultura e de tempo no interior da Paraíba. Vivia-se não mais o tempo humano e da natureza e sim o tempo do capital, onde o controle e a força de trabalho direcionavam e moldavam a vida dos sujeitos (THOMPSON, 1998).

A implantação do agave no Estado, e sua aceitação por meio dos fazendeiros das pequenas cidades e vilas do interior, por volta dos anos cinquentapassaria a alimentar ainda mais os sonhos e os desejos de uma agricultura fecunda e diversificada. Esses desejos alimentavam os sonhos de riqueza de uma elite que buscava, ainda, vias de manutenção do poder. É o princípio do capitalismo que adentra no mundo do pequeno agricultor, do trabalhador rural e modifica sua vida, seus afetos e sua própria relação com o trabalho, agora, não mais movido pelos ciclos naturais, mas um trabalho orientado pelo tempo do capital.

O discurso da modernização agrícola, e a implantação do agave em terras nordestinas parece ter tido um grande sucesso. O verde dos imensos pés de agave, iriam a partir da segunda metade do século XX, modificar não só as paisagens, mas alimentar esperanças e gerar novas sensibilidades, novas relações sociais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana: São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Durval Muniz de. A aridez das Idéias a questão ambiental do Nordeste em busca de práticas e discursos inovadores. In; _____. *Nos destinos da fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008, p. 246-262.

_____. Operando o Nordeste: da região que tem um flagelo a ser extirpado no diagnóstico do discurso da seca à região como uma estrutura estagnada no diagnóstico do discurso do planejamento. In; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. [et. al.]. *Estudos de Historiografia brasileira*. ó Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 221-234.

AIRES, José Luciano de Queiroz. *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930 ó 1945)*. Campina Grande, EDUFCG, 2013.

AMORIM, Laura Helena Baracuhy. A economia paraibana na etapa da articulação comercial (1930 ó 1970). In: _____. FERNANDES, Irene Rodrigues. *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed. universitária da UFPB, 1999, p. 49 ó 60.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da História. In: _____. *O anjo da história*. Trad. e org. de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 8 ó 20.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 47 ó 51.

COSTA, Ramilton Marinho. *Transformações econômicas e representações ideológicas dos trabalhadores do sisal*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Universidades Federal da Paraíba, Campina Grande, 1989.

COSTA, Sérgio Rodrigues; BUENO, Miguel Garcia. *A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC*. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. (Leituras filosóficas).

_____. *A microfísica do poder*. Org. e rev. Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. *Revista Saeculum*, João Pessoa/UFPB, nº 16, jan./jun. 2007.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. *Morte e vida das oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1994.

MOREIRA, José de Alencar Nunes; FREIRE, ElêusioCurvêlo; SANTOS; Robério Ferreira dos; NETO, Miguel Barreiro. *Algodoeiro Mocó: uma lavoura ameaçada de extinção*. Campina Grande, 1989.

NÓBREGA, Geralda Medeiros. *O Nordeste como inventiva simbólica: ensaios sobre o imaginário cultural e literário*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. *Entre o capa verde e a redenção: a cultura do agave nos Cariris Velhos (1937 ó 1966, Paraíba)*. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

QUEIRÓZ, Rachel de. *O quinze*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2002.

SANTANA, Martha Falcão de Carvalho e Morais. *Poder e intervenção estatal ó Paraíba: 1930-1940*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1999.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.